



# O EQUÍVOCO NA PRODUÇÃO DE SENTIDOS EM/SOBRE O URBANO

## EQUIVOCALITY IN THE PRODUCTION OF MEANING ON/ABOUT THE URBAN

Gustavo Haiden de LACERDA<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Graduando do curso de Letras da Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: [gustavo.haiden@gmail.com](mailto:gustavo.haiden@gmail.com).





## RESUMO

Neste artigo, damos enfoque ao trabalho da equivocidade da língua na produção de sentidos para a constituição heterogênea e desigual da cidade, tomando para nosso gesto de análise um traço da cena urbana: a pichação/o grafite. O referencial teórico volta-se à Análise de Discurso materialista de filiação pecheuxtiana, como forma de refletir sobre o funcionamento da língua e da ideologia no discurso. Alocados em uma posição discursiva, problematizamos os sentidos de cidadania e de autoria na cidade, culminando nos apontamentos de possibilidades nãolegitimadas de tomar a palavra – pelas brechas do processo de significação – virem a significar o discurso urbano, retornando sobre ele.

## PALAVRAS-CHAVE

cidade;discurso;grafite;pichação;equivoco.

## ABSTRACT

In this paper, we focus on how equivocality works in discourse for the production of meaning regarding the heterogeneous and unequal constitution of the city, taking for our gesture of analysis one feature of the urban scene: wall writing/graffiti. The theoretical background is the materialist Discourse Analysis, affiliated to Pêcheux, in order to reflect upon how language and ideology function in discourse. Located at a discursive position, we question the meanings of citizenship and authorship in the city, leading to notes on how the (il)legitimate forms of using language – through slips in the signification process – may signify the urban discourse, returning onto it.





## KEYWORDS

city;discourse;graffiti;wall-writing;equivocality.

### 1. 1 DE/AO ENCONTRO COM/DE A CIDADE

Esta análise começou como um encontro. Ou melhor, um confronto. Andando pelas ruas em torno da universidade, na pressa do dia a dia, deparamo-nos com um muro. Um entre tantos, no centro da cidade movimentada. Mas esse muro se destaca. Ele não é pintado, mas desenhado. Grafitado? Pichado? Um flagrante da cena urbana. A constituição do espaço urbano, a produção discursiva da rua e na rua e as relações sociais desiguais no mesmo espaço da cidade: este artigo versa sobre esses temas.

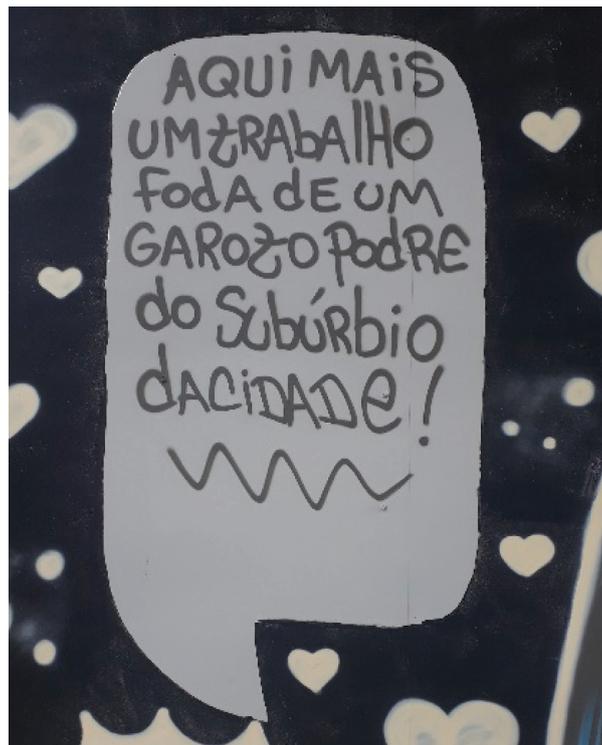
O equívoco de que falamos no título foi flagrante antes mesmo da análise. Agora, assumindo a posição de analista, buscando alicerce na teoria, desejamos ler criticamente esse encontro/confronto. Para refletir sobre esse funcionamento equívoco do discurso urbano, recorreremos à Análise de Discurso (doravante AD) como norte teórico-metodológico, disciplina que problematiza a interpretação e a produção dos sentidos, dando enfoque ao discurso como inscrição de materialidades significantes na história (LAGAZZI, 2011), a um sujeito duplamente constituído, pelo inconsciente e pela ideologia (ORLANDI, 2001), e a uma compreensão de história enquanto produção (política) de sentidos. Antes, no entanto, de propor um gesto de leitura discursivo sobre o grafite no muro, trazemos uma imagem dessa “tela”. Ainda que a análise propriamente dita se concentre apenas nas últimas seções deste texto, consideramos (im)pertinente já expor o texto ao olhar do leitor, para um primeiro contato.

### Fotografia1–Muro pichado/grafitado



Fonte:Elaborada pelo autor.

### Fotografia2–Zoom do texto escrito no muro



Fonte:Fonte:Elaborada pelo autor.

## 2. DISCURSO, CIDADANIA E AUTORIA: LAÇOS EQUÍVOCOS

Um primeiro questionamento que merece atenção é sobre como se formula o espaço da cidade, como parte das condições de produção do grafitar e do pichar. Nesse delineado da cidade, entendemos que existe um discurso que torna o sujeito da cidade um “cidadão”, sujeito de direitos da cidade, com seus direitos e também com seus deveres. A esse mesmo cidadão, assujeitado ao discurso urbano, afetado pelo jurídico, são permitidas certas práticas, ao passo que outras lhe são interditas. Entre tais práticas estão as discursivas, aquelas em que o sujeito, localizado na história, toma a palavra. Nessa tomada de palavra, fazendo(-se) discurso, abre-se o escorregadio espaço da autoria, ora assumida pelo sujeito, ora vetada a ele. No enlace equívoco da constituição urbana, entre aqueles que estão/são sujeitos à/na cidade, pretendemos compreender de que forma tais relações (não) se estabelecem.

Pfeiffer (2013) explica que existem dois funcionamentos discursivos contraditórios em ação no espaço da cidade: um “discurso do/sobre o urbano” e um “discurso urbano”. O primeiro caracteriza-se pela evidência imaginária de uma organização da cidade, “arranjo de unidades imaginárias”, enquanto o segundo deve ser “pensado em termos de ordem da cidade”, isto é, a ordem real (material) da cidade, “sujeita a equívocos cujos efeitos se inscrevem na história” (PFEIFFER, 2013, p. 96).

O espaço urbano apresenta-se como fenômeno simbólico (ORLANDI, 2004), isto é, fenômeno de ordem social, histórica e política. O que não impede a circulação de evidências, portanto, no nível do discurso do urbano, de que a cidade deve ser organizada, limpa, prática etc. Faz parte desse imaginário, nos termos de Pfeiffer (2013, p. 102), a equivalência de “desenvolvimento urbano” com “saneamento básico, rua asfaltada, escola no bairro, centro



de saúde no bairro e uma população do bairro civilizada, ou seja, que não depreda o ‘bem público’, que não incita a violência, em uma palavra: educada-urbanizada”. Nesse conjunto, o cidadão emerge como o “homem de bem”, ou seja, aquele que se adéqua às necessidades de organização da cidade.

Avançando nessa direção, podemos dizer que uma cidade só é cidade na medida em que é habitada. O “habitar” faz cidade. Os cidadãos, indivíduos localizáveis pelo Estado, fazem parte do corpo multiforme da *polis* moderna. Divididos em diversos estratos, assumindo diferentes funções, os cidadãos da cidade como a conhecemos hoje se configuram pelo “bem maior” a que aspira nossa sociedade: a cidadania. Tal conceito surge no contexto da Grécia Antiga, onde começa a ser idealizado um projeto de sociedade ocidental, culminando no Estado moderno, o qual individualiza os sujeitos, tornando-os sujeitos de direito, na contradição entre serem livres e/mas responsáveis (ORLANDI, 2001). Para Pfeiffer (2013), a cidadania pode ser entendida como um discurso que arregimenta sujeitos em indivíduos-cidadãos, significada pela evidência de um bem em si mesmo, em que

[...] o bem-estar social e a igualdade constituem-se em pré-requisitos indispensáveis para o exercício pleno da individualidade e da liberdade e de que cabe ao Estado a responsabilidade pela garantia da promoção do bem comum. (PFEIFFER, 2013, p. 98).

Entretanto há mais na cidade do que apenas “bons cidadãos”. Existe todo um grupo de existências à margem, invisibilizadas, que, em uma visão higienista, “poluem” a geografia urbana. É importante entender que não se trata de uma mera divisão na geografia da cidade, como se houvesse um centro “bem habitado”, um subúrbio “fazendo fronteira” e uma borda indesejável, de “maus cidadãos”. Embora tal regionalização que





segrega grupos possa ser verdadeira, atualmente todos esses sujeitos se (des)encontram nas ruas, lugar da passagem dos corpos, todos os corpos. Um lugar heterogeneamente habitado pela diferença, o que quer dizer que o “fora” está “dentro”, como rachaduras na organização urbanística. Corpos, porém, distintamente significados em termos de direitos de acesso à cidade. Nem todos podem circular da mesma forma, nos mesmos espaços, entre as mesmas pessoas. A alguns, certos sentidos são interditados, certos trajetos são barrados. Há muitas “cidades” em uma mesma cidade. Cidade-diferença.

Contribuindo para uma forma de compreensão da cidade, trazemos à baila a discussão tecida por Certeau (1998) sobre as maneiras de “praticar o espaço”. O autor entende a cidade como um conceito posto em prática pelo “fato urbano”, significando uma realização de experiências que se apropriam daquele espaço. Como o real da cidade (PFEIFFER, 2013), o fato urbano de que nos fala Certeau (1998, p. 172) escapa “às totalizações imaginárias do olhar”, apontando para práticas que constituem a cidade, mas que não vêm à superfície imediata. O mesmo autor afirma que se cria, dessa forma, um sujeito-cidadão universal e anônimo que deve ser gerido pelo Estado, e, caso represente um obstáculo, um “detrito” (CERTEAU, 1998, p. 173), deve ser eliminado. Eliminação, contudo, ineficiente, lacunar, em vista do caráter paradoxal que funda a cidade, entre visibilidade e invisibilidade, a tal ponto que “a cidade se vê entregue a movimentos contraditórios que se compensam e se combinam” (CERTEAU, 1998, p. 174), insinuando-se em meio ao olhar administrativo e vigilante dos gestores, revelando que há sentidos que eles não controlam, “impossíveis de gerir” (CERTEAU, 1998, p. 174).

Isso retoma o que afirmamos no início desta seção, ao comentar que nem todos podem ser sujeitos de seu dizer nas condições de produção do



**discurso do urbano.** Em outras palavras, não é acessível a todos uma posição de autoria na cidade. Como “autoria” estamos entendendo, consoante Orlandi (1999), a demanda de uma sociedade letrada que exige do sujeito (de direitos) a responsabilização por aquilo que diz. Em outras palavras, a função-autor é “o lugar em que se constrói a unidade do sujeito” (ORLANDI, 1999, p. 73), em que o sujeito se coloca na origem do dizer (com as ilusões inerentes de controle do sentido e de autonomia do sujeito) para poder significar. Resta apreender, então, quem são os a(u)tores da cena urbana, ou melhor, a quem é permitido ser autor nessas condições de produção.

Em uma sociedade como a nossa, quem pode tomar a palavra? Basta andar pelas ruas e avenidas para ler cartazes, anúncios, panfletos, painéis, *outdoors*... E isso já nos direciona a uma primeira e central compreensão a respeito da cidade: atravessada pelo discurso publicitário, ela se funda em torno do “sujeito urbano escolarizado” (PFEIFFER, 2013). Tal noção, desenvolvida por Pfeiffer (2013), representa um modo discursivo de ocupar uma posição frente às demandas e comandas da cidade, com suas diferentes escritas. Esse sujeito urbano participa dos processos de simbolização da cidade, escrevendo-a e inscrevendo-se. Isto é, ele se faz autor da e na cidade.

Se, de um lado, o sujeito urbano escolarizado (PFEIFFER, 2013) habita discursivamente a cidade, de outro, aqueles que não assumem a mesma posição são colocados à margem. O que não quer dizer que não signifiquem (paradoxalmente) nesse espaço. É importante, para nossa reflexão, em uma visão discursiva, ressaltar que os sentidos funcionam pelo movimento que lhes é inerente, de forma que mesmo os sentidos silenciados podem escapar do silêncio que lhes é imposto (censura) e irromper em outras condições. É dessa maneira que entendemos a pichação,





como atestado de uma escrita outra, que não é da escola (pelo menos não só dela), que vem atestar a existência de uma divisão social desigual, da qual as relações linguísticas são efeito. Isso nos encaminha a observar, como exploraremos nas análises a seguir, que, ainda que haja um discurso do urbano, produzindo evidências para a cidadania e para o ser cidadão, esse processo está exposto a relações sociais contraditórias, que fazem com que os sentidos, mesmo os indesejáveis, escapem.

Vendo o espaço urbano como um espaço sobrecarregado de sentidos, as condições para a autoria nesse mesmo espaço são determinadas pela adesão às regras de textualizar, de fazer sentido de uma maneira que faça sentido naquele contexto: para ser autor é preciso, primeiramente, assujeitar-se à forma do “sujeito urbano escolarizado”. Em contrapartida, reforçando que os sentidos sempre podem ser outros, a depender das posições em jogo no gesto de interpretação (PÊCHEUX, 1995), as pichações serão tomadas por nós como objeto de análise como forma de adentrar a escrita da cidade, no intuito de tornar visível

[...] esse espaço e o sujeito que nele vive, buscando, de modos diversos, compreender sobre os gestos de interpretação que se constituem e nos constituem quando dizemos sobre as línguas, os sujeitos, as cidades, os bairros, as ruas, enfim, tocando a relação constitutiva dos processos de identificação com e pela língua. (PFEIFFER, 2013, p. 95).

Sem pretender amenizar as diferenças, as artes nos muros da cidade vêm ao nosso encontro e de encontro conosco, apontando para outras (im) possibilidades de assumir uma posição de autoria, que não chega a romper com o formato do sujeito urbano escolarizado, mas que também não se identifica plenamente com ele. Mais uma vez, Pfeiffer (2013) argumenta



brilantemente ao concluir que não se trata somente de estar na rua para poder ocupá-la, assim como não é suficiente estar na língua para ser permitido de fazer sentido. Com base nisso, afirmamos que é preciso, antes, subjetivar-se nesse espaço, torná-lo seu.

### 3. A EQUIVOCIDADE COMO CONDIÇÃO DE SIGNIFICAÇÃO

Antes de prosseguirmos com a análise, propomos uma parada teórica, a fim de explicar o que entendemos por “equivoco” e seu papel no processo de significação. Para a AD, o equivoco não é um problema do discurso, nem uma ambiguidade a ser superada, menos ainda um erro de uma língua “imperfeita”. Ele é, na verdade, constitutivo de todo discurso. Pêcheux (1990, p. 51) nos esclarece a esse respeito, afirmando que o equivoco é um “fato estrutural implicado pela ordem do simbólico”, parte inseparável do funcionamento da linguagem.

Ainda segundo Pêcheux (1990, p. 53), todo fato linguístico carrega em si a possibilidade de ser ele mesmo, mas também de “tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro”. E, nesse espaço de movimentação, toma lugar a interpretação, que trabalha exatamente sobre os “pontos de deriva possíveis”, dando margem ao sentido outro. Abre-se espaço para a língua jogar sobre ela mesma, nas brechas de sua própria constituição. Justamente, “este lugar de jogo da língua que escapa à sistematização é o lugar de examinar o equivoco e os deslizamentos de sentido (que fazem sentido)” (FERREIRA, 1994, p. 132) – sem perder de vista, contudo, a demanda do sistema linguístico por um ordenamento (ainda que a nível imaginário).





Sendo assim, o equívoco não é acidente de linguagem, mas é inerente ao discurso. Lagazzi (2011) vai ainda mais profundamente, recorrendo diretamente à psicanálise lacaniana, ao atrelar o equívoco ao ato falho inconsciente. Nesse gesto teórico, a linguista articula língua e história como processos não evidentes e contraditórios, atravessados pelo inconsciente. Semelhantemente, Tfouni, Prottis e Bartijotto. (2017) enunciam que o equívoco é um indício de real, o momento em que ele aparece para logo escapar. Dessa forma, é teoricamente mais consequente dizer que o equívoco é uma manifestação do real **na** língua, em vez de afirmar “o real **da** língua”.

Nessa mesma direção, Ferreira (1994) assevera que o equívoco é o ponto singular em que o real toca a língua, perfurando o sistema e instalando ali o que lhe é próprio, a falta. A autora ainda postula que “a língua é voltada ao equívoco” (FERREIRA, 1994, p. 15), indicando que o próprio da língua, aquilo que há de mais característico nela, é o fato de não dizer tudo e de não dizer “perfeitamente”. Incompletude e equívoco fazem da língua o que ela é: sistema relativamente autônomo, como proposto por Pêcheux (1995).

[...] a existência desse lugar singular – que admite a falta e a torna constitutiva da estrutura – é fundamental para uma concepção de língua afetada pelo real. Tal concepção vai nos permitir perceber no equívoco e nos fatos que ele representa o registro do simbólico que atravessa a língua e a consagra ao que lhe é próprio. (FERREIRA, 1994, p. 14).

Intimamente ligado ao inconsciente (discurso do Outro), como proposto por Lacan (1998, p. 529), o equívoco ancora-se na materialidade do discurso (do lado do significante) para expor os significados à dispersão que lhes é inerente. Dito de outro modo, o significante tem primazia sobre o significado. Lacan (1998) também explica que o significante não





tem nenhum compromisso com o significado, ou seja, existe como puro traço da diferença, articulado em uma cadeia de elementos diferenciais. Em termos psicanalíticos, é possível dizer que o equívoco é aquilo que na cadeia significante (Simbólico) escapa e aponta para o real (TFOUNI; PROTTIS; BARTIJOTTO, 2017). No caso de pichações, isso pode ficar bem nítido quando observamos textos escritos em muros que não estão lá para serem lidos, no sentido comum, mas apenas visualizados, para causar uma impressão visual (significante, e não de significado imediato), enquanto uma marca que afirma sem dizer: “eu estou aqui”.

Para a Análise de Discurso, o equívoco define-se como a “área de tensão e ponto de encontro entre a materialidade linguística e a materialidade histórica” (FERREIRA, 1994, p. 153), que expõe a língua ao real. Atesta que os sentidos têm história, que o não dito intervém no dito e que a “espessura material do significante vem junto com a inscrição da história na língua. E por isso ela significa” (FERREIRA, 1994, p. 97). Por esse motivo, não se trata de recuperar a equivocidade, apenas sinalizando sua presença, mas de analisá-la como ponto em que os efeitos do discurso se manifestam, de diferentes maneiras, como nos explica Ferreira (1994, p. 134):

A relação com o equívoco afeta toda a língua. Sob diferentes formas, encoberto sob diferentes marcas sintáticas, o equívoco se manifesta, vem à tona e ganha corpo e significação. O modo de materializar-se pode ser pelo viés da falta, do excesso, do absurdo, do non-sense, e por aí se estendem as possibilidades. O que há de comum em todas elas é a ruptura do fio discursivo e o impacto efetivo na condição de fazer e desfazer sentidos.

Ao apresentar um gesto de leitura sobre um grafite no muro, tomando-o como um recorte do social, buscamos precisamente apontar para o papel do





equivoco na produção de sentidos sobre ser cidadão, sobre habitar a cidade e sobre (não) ser autor nessas condições. O grafite será compreendido, então, como um ponto possível de materialização da narratividade urbana (ORLANDI, 2004, p. 31), além de lugar possível de inscrição do equivoco da língua.

Aequivocidade se mostra, assim, como elemento inerente, e não mero acidente, de percurso linguístico; é o ponto de contradição entre língua, história e inconsciente. É pertinente também acrescentar que por “contradição” não estamos querendo dizer “oposição”. Fundamental em AD, a contradição atesta a impossibilidade de síntese apaziguadora de relações sociais sempre conflituosas (LAGAZZI, 2014). A própria relação urbana, já mencionada, entre centro, subúrbio e periferia, mutuamente atravessados, indica que os espaços se invadem, permeiam-se – não sem resistências, obviamente: essa é a contradição que fundamenta o discurso urbano. Ainda que exista a tentação de resolver a contradição com dicotomias (centro ou margem, bom ou mau, honesto ou delinquente, pobre ou rico...), a “polissemia da cidade” (LAGAZZI, 2014) desafia a tendência reconfortante de abrigar-se em meio a sentidos logicamente estabilizados, cuja função é precisamente negar o equivoco.

#### **4. ENTRE PICHAR E GRAFITAR: O PAPEL DO EQUÍVOCO NO DISCURSO URBANO**

Dando início a nosso gesto de leitura enquanto tal, analisando a função produtiva do equivoco na constituição de relações sociais contraditórias no espaço urbano, tomamos como ponto de observação um grafite/uma pichação (já apresentado nas Figuras 1 e 2). Segundo Mariani e Medeiros (2013), o grafite aparece na cidade como um “sintoma social urbano”, uma



forma de resistência às comandas sociais que homogeneízam as existências. De tal sorte que o gesto de grafitar/pichar revela disputas pela ocupação do espaço urbano, como tentativa de pertencer à cidade. Nas palavras das autoras, o grafite é uma “escrita social inscrita no corpo urbano” (MARIANI; MEDEIROS, 2013, p. 12), que significa a cidade ao significar-se nela.

Kogawa e Knetsch (2019), com base em recortes de falas de pichadores e grafiteiros, notam uma diferenciação entre pichação e grafite. O primeiro é identificado à escrita, à palavra, sem grandes projetos artísticos, como forma de “agressão estética”, enquanto o segundo se alinha mais à pintura de imagens, formando painéis, em que, geralmente, fica claro um manejo estético. Ainda observando as diferenças entre ambos, os autores apontam para a divisão entre legalidade e ilegalidade que os cerca, afirmando que a pichação tem por constância ser significada pelo imaginário da subversão e, portanto, mais próxima da ilegalidade, conferindo-lhe uma função política específica. Já o grafite situa-se em um ponto de tensão entre legalidade/ilegalidade, divisão que é imposta de fora, especificamente pelo aparelho jurídico, que declara o que é grafite legal, autorizado, legítimo e o que é grafite ilegal, transgressor e ilegítimo.

Tanto do lado das materialidades significantes (verbal, visual, verbo-visual) quanto de sua inscrição sócio-política (crime, arte, protesto), fica evidenciado que as distinções entre pichar e grafitar dão provas de uma relação contraditória e equívoca entre as maneiras de significar de ambas as formas de pintura com *spray*. Não deixa de ser oportuno também acrescentar que mesmo a ligação entre pichar e transgredir é fruto de uma estabilização de sentidos que faz parte do imaginário social das pichações e que, como todo imaginário, está suscetível a falhas





(KOGAWA; KNETSCH, 2019). De nossa parte, acrescentaríamos que tal efeito de legitimidade, que acompanha o grafite e que não se produz no picho, parece também atrelado ao fato de que grafitar funciona pelo crivo do trabalho (gera renda, capital, lucro) e, nesse sentido, “dignifica-se”.

Inserido nessas relações paradoxais de poder-dizer, o grafiteiro pode ser tanto artista quanto criminoso, a depender da relação que estabelecerá com o discurso jurídico (KOGAWA; KNETSCH, 2019). Esse funcionamento equívoco artista/criminoso chama nossa atenção, principalmente por elucidar que uma formulação dividida vem representar uma divisão, inclusive, nas posições-sujeito assumidas nas pichações/grafites. Dito isso, destacamos que não é nossa intenção aqui propor se estamos diante de uma pichação ou de um grafite unicamente, mas salientar que ambos se constituem em relação entre si, como formas *outras* de organizar o dizer urbano, escapando de uma escrita voltada à publicidade. As duas formas de manifestação em muros são tomadas como expressões significantes que atestam a alteridade que constitui o urbano. Com efeito, produzem-se como um dizer que significa “estar na cidade”. São, assim, uma ocupação do espaço público, reivindicando sentidos impossibilitados pelo discurso que administra as práticas urbanas.

Nessa perspectiva, pichar caracteriza-se como um furo na organização da cena urbana: um sentido que escapa, um sujeito que se constitui. Atrelamos sentido e sujeito, baseados em Orlandi (2001), segundo quem ambos se ligam materialmente pelo discurso, produzindo-se concomitantemente: o “sujeito é constituído por gestos de interpretação que concernem sua posição. O sujeito é interpretação. Fazendo significar, ele significa” (ORLANDI, 2001, p. 22, grifo da autora). Ou seja, não havendo outra possibilidade para o sujeito a não ser significar o mundo que o circunda, indagando-se “que sentido isso



tem?”, naquilo que Orlandi (2001) denomina “injunção à significação”, só há possibilidade de o sujeito existir na medida em que interpreta o mundo, isto é, atribuindo sentidos. Em suma, dizendo(-se).

Ser sujeito de seus sentidos significa assumir-se autor de seu discurso, responsabilização social pela palavra tomada e posta em funcionamento. Embora, do ponto de vista jurídico, possa tratar-se de uma textualização “ilegítima”, do ponto de vista da produção de sentidos, estamos diante de uma textualidade “nãolegitimada”, que não aguarda o aval do poder administrativo para poder dizer, ou melhor, que se aproveita precisamente dessa “ilegitimidade” imposta para assumir uma posição que lhe seja própria. Aqui cabem as palavras de Certeau (1998), ao escrever que a “*apropriação* do sistema topográfico” permite a “*realização* espacial do lugar” (CERTEAU, 1998, p. 177, grifos do autor), isto é, tomar a rua também enquanto um “espaço de enunciação” subversivo, assim como o muro, funcionando metonimicamente como a rua, é **realizar a cidade**.

As pichações “listram os subsolos da cidade, ‘bordados’ de letras e números, gestos feitos de violências pintadas com pistolas, xivas em escrituras, grafos dançantes, cujas fugidias aparições são acompanhadas pelos ruídos abafados dos trens do metrô” (CERTEAU, 1998, p. 182). Ainda que se referindo especificamente ao caso dos grafites de Nova Iorque, podemos expandir essa leitura de Certeau (1998) para abranger toda a produção discursiva de grafites e pichações, na medida em que estão atravessadas por esses “gestos feitos de violência”, em “aparições fugidias” (na iminência de serem apagadas, encobertas, rasuradas, esquecidas...). Constituem-se como “ruído das práticas cotidianas” (CERTEAU, 1998, p. 308), deslocando sentidos estabilizados para o que significa estar na cidade.



[...] então sua caminhada não poderia ser detida num quadro, nem o sentido dos seus movimentos circunscritos num texto. A sua transumância retórica traz e leva os sentidos próprios analíticos e coerentes do urbanismo: é uma “errância do semântico”, produzida por massas que fazem desaparecer a cidade em certas regiões, exageram-na em outras, distorcem-na, fragmentam e alteram sua ordem no entanto imóvel. (CERTEAU, 1998, p. 182).

Rearranjando-se entre as proibições de ocupação do espaço, a pichação se mostra como uma forma de transgressão da norma urbana, fazendo sentido no (ainda) sem-sentido. Por isso, na ambiguidade constitutiva do grafite, ora significado como arte (do lado da legalidade, do poder administrativo), ora como delinquência (do lado da transgressão, da resistência do “cidadão desviante”), observamos o funcionamento do equívoco, produzindo sentido no *non-sens* (FERREIRA, 1994). No exemplar trazido para análise, encontramos justamente essa relação equívoca entre trabalho/arte/crime, significando por outras relações. Reproduzimos, na sequência, os dizeres do enunciado pintado no muro<sup>2</sup>, conforme visto na imagem da Figura 2, apresentada no início deste texto.

**AQUI MAIS  
UM tRABAlHO  
fodA De UM  
GAROtO POdRE  
do SUBÚRbiO  
dA CIDADE!**

---

<sup>2</sup> Optamos por transcrever esse enunciado diferenciando as letras minúsculas das maiúsculas, respeitando a maneira como estavam no muro. Tal opção se justifica também pelo fato de investirmos na análise na relação ambígua entre significantes, de forma que as diferenças na grafia das letras também foram consideradas em nosso gesto de leitura.



Primeiramente, salientamos que não faremos uma análise do painel como um todo, mas enfocaremos somente no comentário do artista que fez o grafite (Figura 2), comentário este expressamente formulado e escrito ao lado da pintura no muro (Figura 1). Aqui, esse gesto de comentar se aproxima de uma espécie de “legenda” para uma imagem, cuja função é, geralmente, a de explicitar o título da obra, os dados relativos à autoria, alguma explicação etc. É muito significativo que o próprio autor busque colar um sentido para seu texto, designando-o como “trabalho”. Como já afirmamos, entendemos que no grafite emerge uma forma de significar atravessada pelo discurso jurídico e também do trabalho, que funciona como forma de dar valor e dignidade para a obra. Afirmando que se trata de um “trabalho foda”, novo entre outros anteriores (“mais um”), o grafiteiro está em busca de legitimação para sua arte/trabalho.

Falando da cidade, o sujeito vê oportunidade para falar de si e vice-versa. Mutuamente constituídos, cidade e sujeito se entrelaçam na escrita do grafite, desafiando o discurso “burocratizado” do urbano: uma maneira de (se) dizer nesse espaço, formulando-o simultaneamente. Segundo Orlandi (2001), ao atravessar esse processo de aprisionamento do poder-dizer, restrito a quem detém os meios materiais para a produção “legal” da palavra na cidade, os sujeitos

[...] conseguem se metaforizar, se subjetivar de outras maneiras, e não permanecer naquelas que os excluem. Essas formulações se apresentam como fulgurações (brilhos), iluminações em que o que chamamos narrativa urbana se estampa (se imprime). (ORLANDI, 2001, p. 194).

Em segundo lugar, esse sujeito se define assumindo sua posição via discurso: “um garoto podre”. Em um primeiro momento, lendo este texto, acreditávamos ter lido “garoto pobre”, e somente depois de alguns encontros/



confrontos com esse grafite é que conseguimos observar a formulação da palavra “podre”. E isso não é gratuito. O próprio desenho das letras, inconstantes, ora maiúsculas, ora minúsculas, flutuando ao longo da parede, “dançantes”, como diria Certeau (1998), falando das pichações em metrô de Nova Iorque, nos direciona a uma forma de “brincar” com a língua, brincadeira que não é “gratuita” nem “inocente”.

Considerando as condições de produção do grafite, dentro daquilo que chamamos de “discurso urbano”, estamos diante da produção de sentidos em dispersão, convulsos na mesma medida com que a cidade é também convulsa. Rompendo com a estabilidade da escrita urbana (publicitária, administrativa, jurídica), pichar insere uma forma de escrituração, grafismo, traço que instaura a diferença e que “cria na cidade planejada uma cidade ‘metafórica’ ou em deslocamento” (CERTEAU, 1998, p. 191). Pichar o muro é atar-se à cidade, à existência urbana: “eu sou parte”.

O jogo com a língua é também um jogo discursivo e, por isso, político, pois “brincar” com o texto é inscrever-se de uma forma específica no discurso. Esse jogo acontece no interior de uma mesma língua, socialmente dividida: há os podem dizer (bem), que têm como dizer (os meios de produção para dizer), e há aqueles que não podem dizer (e que não são detentores dos meios de produção do dizer). Fazendo uso das palavras de Pêcheux (1995, p. 91), “a língua se apresenta, assim, com a base comum de processos discursivos diferentes”, alguns legitimados, outros não.

Além disso, notamos uma metaforização do trabalho artístico: o muro está no lugar<sup>3</sup> da tela. O *spray*, ao mesmo tempo, no lugar da tinta e do pincel.

---

<sup>3</sup> “No lugar de”, aqui, significa tanto “ao invés de” quanto “assumindo a posição de”.



O pichador, no lugar do artista. Seus meios de produção se apresentam como próprios a uma forma de subversão, como outra (sub)versão. Os sentidos estão deslocados, pois estão funcionando em outras relações, escapando de um imaginário cristalizado de arte clássica, que se pendura em museus, para constituir-se em outras relações imaginárias, agora na e para a rua, no meio da cidade, dos cidadãos, dos prédios, dos carros, dos transeuntes.

Como proposto por Orlandi (2001), formular permite sempre pensar no que tal palavra está suplantando, que outras formulações possíveis estão deixadas de lado, mas nem por isso completamente ausentes. No presente caso, assinalando a presença do equívoco, que atesta o real que escapa em direção à língua, a grafia de *d* e *deb* podem ser vistas (aqui, o apelo é fortemente visual) como espelhamento uma da outra. No texto em questão, conforme transcrevemos, há letras em forma bastão (caixa alta) e em forma de imprensa. No último caso, *d* e *b* são muito semelhantes, bastando um movimento de 180° em um eixo vertical, para que uma “se torne” a outra. Mesmo variando as grafias, ao escrever “podre”, o autor do texto redige justamente com a forma de imprensa, precisamente a que facilita a leitura ambígua.

Com efeito, ao ler o grafite no muro pela primeira vez, e em uma série de momentos posteriores, sempre líamos “pobre”, e não “podre”. Foi somente depois de várias leituras que o jogo se revelou e o equívoco se mostrou. Mas não se dissolveu. Novamente, o equívoco não é um problema de interpretação, um “vício” a ser superado. Ao contrário, ele aponta, nesse exemplo, para a espessura semântica e material entre pobre e podre. Esse processo resgata a historicidade dos sentidos de desigualdade e exclusão em nossa sociedade, particularmente da relação de causalidade entre ser pobre e ser “podre”,



ou seja, “escória”, “detrito”. A esse respeito, Lagazzi (2011) contribui ao acrescentar que não se trata nunca de sentidos a-históricos, visto que

[...] não há língua independente dos sujeitos que a fazem circular e, na incompletude que a constitui, fazem-na se deslocar nos trajetos que a história permite.[...] o sujeito não domina os sentidos, não diz o quer dizer, mas sim o que é possível ser dito, a partir das posições-sujeito que o constituem. (LAGAZZI, 2011, p. 503).

Há um jogo contra a língua enquanto um “sistema de valores” formado por signos, como lemos no corte saussuriano. O significante, aqui, é movido, modificado, desestabilizado. E isso basta para que o equívoco se materialize, não por relação direta e unívoca com a letra em si mesma, mas tomando esse significante como produto também da/na história, assinalando o “diferente” que está na base do “mesmo”. Gadet e Pêcheux (2010), analisando o papel que a língua nacional exerce na constituição de uma identidade nacional fundadora de “nós” (o mesmo) e “eles” (o diferente), são categóricos ao concluir que

A questão da língua é, portanto, uma questão de Estado, com uma política de invasão, de absorção e de anulação das diferenças, que supõe antes de tudo que estas últimas sejam reconhecidas: a alteridade constitui na sociedade burguesa um estado de natureza quase biológica, a ser transformado politicamente. (GADET; PÊCHEUX, 2010, p.37).

É também de Gadet e Pêcheux (2010) a reflexão sobre o trabalho de Saussure em torno dos anagramas, investimento de análise sobre a base material da língua, que afirmam se tratar de um estudo que já apontava para a poesia inerente ao próprio funcionamento do significante na língua, poesia esta que não pode ser limitada ao trabalho apenas literário, mas que figura como parte intrínseca do que é linguístico. Os mesmos autores pontuam



que, nesse jogo poético da e na língua, fica evidenciado o valor relacional do signo linguístico, ou, em outras palavras, o fato de ser um sistema que significa pela diferença (significante).

Nessa linha de raciocínio, em nossa análise sobre o trabalho do equívoco na língua, notamos precisamente o lado lúdico do sistema linguístico (e não por isso ingênuo!), que, por uma “associação pelo significante”<sup>4</sup>, instala lugar para o imprevisto, visto que os sentidos nos escapam pela relação estabelecida a nível significante. No caso em análise, no grafite, colocamos “pobre” e “podre” em relação por uma associação significativa, inscrevendo a diferença no meio da mesmidade: somos pegos pela poesia da língua. Uma unidade que não cessa de se dividir em dois (PÊCHEUX, 1995).

O deslizamento de pobre a podre (desviado, excluído) é operado discursivamente, mas o processo em si da deriva é apagado pela ideologia. Colocando a interpretação em suspenso, abrindo para o desconforto da indecisão do sentido, ocorre uma oscilação entre pobre/rico, podre/próspero, mau/bom. Não podemos, contudo, cair no engodo de negar o equívoco, de ceder ao subjetivismo disjuntivo, na evidência da distinção binária. Resgatar uma historicidade para os sentidos de desigualdade e exclusão em nossa sociedade deve possibilitar, ao contrário, entrar em contato com um efeito transferencial (metáfora) entre pobreza e exclusão, aqui tornados sinônimos. Lagazzi (2014), em um gesto analítico sobre o filme *Era uma vez...*, auxilia-nos em nossa leitura, indicando a sedimentação dos sentidos que atrelam pobreza e bandidagem, particularmente pensando o

---

<sup>4</sup> No referido trabalho, Gadet e Pêcheux (2010) comentam acerca dos quatro eixos associativos das relações linguísticas propostas por Saussure. O quarto eixo – associação pelo significante – ocorre quando tomamos um termo por outro devido a alguma ligação que eles mantêm entre si a nível significante (imagem acústica).

local em que mora o sujeito. Se vive no morro, então (efeito de causalidade e literalidade) deve ser pobre-bandido. Portanto,

Tomando as derivas possíveis a partir da dicotomia pobres e ricos, [...], no que tange ao morro, a relação deste com o tráfico, a bandidagem e a violência, substantivos que compõem, na estabilização social dos sentidos, a mesma família parafrástica da qual fazem parte pobre e pobreza. Como o morro abriga tanto o pobre quanto o bandido, estes ficam imaginariamente congregados num mesmo espaço, no qual as fronteiras dos sentidos se diluem e o pobre se torna um bandido em potencial. Assim, ser identificado como um morador do morro significa necessariamente ser pobre e potencialmente ser bandido, traficante, violento e perigoso. (LAGAZZI, 2014, p. 159).

Retomando Lacan (1998), no vínculo entre letra e inconsciente, podemos sustentar que na equívocidade da letra, pela dubiedade da inscrição significativa (d ou b?), coloca-se em relação pobre e podre, de maneira que, como efeito metafórico, um significante deslize para outro significante no discurso. Na definição lacaniana, a letra é o suporte material do significante, é “a estrutura essencialmente localizada do significante” (LACAN, 1998, p. 505). E, nos termos de Orlandi (2001, p. 205), a “entrada no simbólico é fatal. As suas diferentes formas produzem seus efeitos. Nada é indiferente na instância do significante”. Em síntese: no funcionamento do equívoco na língua afetada pelo inconsciente, a letra **faz a diferença**.

## 5. UMA PAISAGEM SEM FINAL

Restam, então, alguns fios a serem amarrados. Em primeiro lugar, ao buscarmos compreender o processo de produção dos sentidos na cidade, exploramos a posição do sujeito urbano escolarizado (PFEIFFER, 2013), aquela que se submete às leis de fazer sentido no espaço urbano, como



maneira legítima de se fazer “cidadão”. Então fizemos o contraponto com um possível rearranjar do sujeito urbano escolarizado para uma posição-sujeito pichador, que não deixa de significar(-se) na cidade, conferindo sentidos por meio de suas grafias, servindo-se, inclusive, da ilegitimidade que lhe é imposta como forma também de produzir sentidos e de se fazer autor nesse processo.

Em segundo lugar, demos enfoque ao equívoco, que, em uma visada discursiva, é compreendido como a divisão do dizer, ele mesmo e também o diferente. Isso atesta a estreita relação da língua e da história com o inconsciente da teoria lacaniana, permitindo-nos ver em toda tomada de palavra, a possibilidade de os sentidos nos “pegarem” em tramas tecidas de memória, de brechas, de sentidos. Culminando em nosso gesto de análise sobre a equivocidade entre pobre/podre, a noção de equívoco possibilitou um entendimento dos sentidos engendrados sobre ser ou não cidadão, fazendo com que possibilidades nãolegitimadas de tomar a palavra (nesse caso, o grafite/a pichação) – pelas brechas do processo de significação – possam significar o discurso urbano, retornando sobre ele.

Assim sendo, a arte do grafite/pichação comparece como um meio possível de subjetivação, de ser sujeito de seu discurso urbano. Nesse ponto, concluímos que pichar e grafitar (guardadas as diferenças) abrem um furo na organização da cidade e na forma com que o discurso do urbano nos convoca à posição de cidadãos. Ao desafiar os limites da identificação ao sujeito urbano escolarizado, o sujeito-pichador, por meio de seu trabalho com a escrita, apropriando-se dela à sua maneira, dá visibilidade a uma divisão que o marca enquanto cidadão e não-cidadão de forma concomitante, a tal ponto que encontra na formulação do grafite/pichação a certeza de que



“há muito a ser significado no espaço urbano e que permanece na falha, no possível, no ainda não realizado. Indício de novas formas sujeito, novos modos de subjetivação nesse espaço sócio-político” (ORLANDI, 2001, p. 191).

## REFERÊNCIAS

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

FERREIRA, M. C. L. **A resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso: da ambiguidade ao equívoco** 1994. 160 f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. **A língua inatingível**. Campinas: Pontes, 2010.

KOGAWA, J.; KNETSCH, P. B. Por uma análise do discurso “revolucionário” em pichações. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 61, p. 1-17, 2019.

LACAN, J. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In: LACAN, J. **Escritos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998 [1957]. p. 496-533.

LAGAZZI, S. A equivocidade na circulação do conhecimento científico. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 11, n. 3, p. 497-514, 2011.

\_\_\_\_\_. Quando os espaços se fecham para o equívoco. **RUA**, n. 20, p. 155-166, 2014.

MARIANI, B.; MEDEIROS, V. E quando a pichação é da prefeitura? Pichar, proscrever, dessubjetivizar. **RUA**, v. 1, n. 19, p. 1-15, 2013.



ORLANDI, E. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, Pontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Cidade dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2004.

ORLANDI, E. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, M. **Discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 1990.

\_\_\_\_\_. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

PFEIFFER, C. C. Percursos em um saber urbano e linguagem. In: GUIMARÃES, E. (Org.). **Cidade, Linguagem e Tecnologia**: 20 anos de história. Campinas: Labeurb, 2013. p. 93-108.

TFOUNI, L. V.; PROTTIS, M. M.; BARTIJOTTO, J. “lá onde o amor é tecido de desejo...”: lalangue e a irrupção do equívoco na língua. **Cadernos de Psicanálise**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 36, p. 141-159, 2017.

